ALFABETIZAÇÃO MÉTODO REFLEXIVO

KARINA SILVA CASSAIO

RESUMO

A compreensão do complexo tema da alfabetização demanda uma abordagem teórica e prática, que foi subsidiada, neste estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, leitura e seleção criteriosa de textos. A partir dessa investigação, constatou-se que a alfabetização se configura como um processo contínuo e ativo, no qual a criança, como protagonista da aprendizagem, constrói e reconstrói hipóteses e ideias sobre o sistema da escrita. Esse processo é dinâmico e se inicia precocemente, assim que a criança entra em contato com o material impresso e interage com a linguagem escrita em seu meio social. Contudo, o texto argumenta que, em uma sociedade grafo cêntrica e letrada, a simples capacidade de decifrar códigos e símbolos (a alfabetização em sua concepção mais restrita) é apenas uma parte do processo. As práticas de letramento permeiam o cotidiano de todos os indivíduos, mesmo aqueles não-alfabetizados formalmente, por meio de exposições constantes à escrita em propagandas, televisão e caixas eletrônicos. O letramento refere-se, portanto, ao uso social e funcional da leitura e da escrita. A autora, com base em sua experiência na educação infantil, observa que muitas crianças chegam à escola já identificando letras em rótulos e símbolos de propagandas, e registrando narrativas por meio de desenhos. Tais práticas demonstram a influência do letramento e a apropriação de saberes prévios à educação formal. A relevância do estudo reside, portanto, em possibilitar que os professores alfabetizadores ampliem seu conceito de alfabetização, integrando, de forma indissociável, a noção de letramento em suas práticas pedagógicas e métodos de ensino, visando uma formação integral do sujeito leitor e escritor.

PALAVRAS - CHAVE: alfabetização; escrita; criança; aprendizagem e letramento.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o processo de apropriação da escrita perpassa dois conceitos fundamentais e indissociáveis: a alfabetização e o letramento. A alfabetização, em uma definição técnica, refere-se ao domínio do sistema de escrita alfabética, ou seja, à capacidade de decifrar e codificar determinados códigos e símbolos. Conforme Soares (2001), essa habilidade é própria de cidadãos considerados alfabetizados.

Contudo, a simples decifração de códigos mostra-se insuficiente na complexidade de uma sociedade grafocêntrica. O letramento complementa essa visão, referindo-se às práticas sociais de leitura e escrita. Indivíduos que vivem em uma sociedade letrada e estão permanentemente inseridos em um contexto de escrita — expostos a propagandas nas ruas, interações com a televisão em casa ou operações em caixas eletrônicos — não podem ser considerados meramente "alfabetizados". As práticas letradas influenciam todos os indivíduos, mesmo aqueles que ainda não dominam formalmente o código escrito.

Nesse contexto, a experiência prática das autoras deste estudo na educação infantil, ao longo de mais de sete anos, corrobora essa perspectiva. Temos observado que muitas crianças, mesmo sem terem sido submetidas a situações de educação formal anterior, chegam à escola já identificando letras em rótulos, símbolos de propagandas ou cartazes. Elas também registram, por meio de desenhos, as histórias contadas pela professora, demonstrando um repertório de saberes prévios e práticas de letramento informais.

Este estudo é relevante porque possibilita aos professores alfabetizadores a ampliação do conceito de alfabetização que possuem. O objetivo é incentivar a agregação do conceito de letramento em suas práticas pedagógicas, promovendo uma reformulação no modo de ensinar que valorize o uso social e significativo da escrita desde os primeiros anos escolares.

O QUE É ALFABETIZAÇÃO?

“... alfabetizar não é um luxo, é um direito. E

é preciso garantir esse direito das crianças deste continente. Mas isso não é o mesmo que pretender que essas crianças saibam desenhar letras, ou que saibam pronunciar palavras que não entendem. Isso não é estar alfabetizado. Queremos é dar–lhes o direito de se apropriarem da língua escrita em toda a sua complexidade. Dar–lhes o direito de saber ler criticamente a palavra escrita pelo outros e o direito de, escrevendo seus próprios textos, colocarem suas próprias palavras.

Se a Alfabetização não é concebida dessa maneira, não vale a pena lutar pela Alfabetização" (FERREIRO, Nova Escola, v.4, n.34, out.).

Para Ferreiro e Teberosky (1985), a alfabetização é concebida como um processo específico, indispensável e ativo que leva o aluno à apropriação do sistema de escrita. A conquista dos princípios alfabéticos e ortográficos possibilita ao aprendiz ler e escrever com autonomia. Desse modo, a alfabetização implica descobrir como é possível, com um número limitado de letras, representar um número infinito de palavras. Em outras palavras, a alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do código escrito, que se organiza em torno das relações entre a pauta sonora da fala e os grafemas utilizados para representá-la.

As autoras (1985) discorrem ainda que, na sociedade, é possível encontrar indivíduos que, embora tenham passado pela escola e aprendido técnicas de decifração do código escrito — sendo capazes de ler palavras e textos simples —, não conseguem fazer uso da língua escrita em situações sociais que exigem habilidades mais complexas. Dessa perspectiva, pode-se afirmar que existem pessoas que são alfabetizadas, porém, não são letradas.

Retomando o conceito de alfabetização, salienta-se que a criança passa por vários estágios de evolução durante o processo de aquisição da leitura e da escrita. Sendo assim, a alfabetização deve ser vista como uma relação intrínseca entre o ensino e a aprendizagem, e entre professor e aluno. No início dessa relação, é fundamental que o educador conheça os saberes que a criança construiu a partir de suas vivências familiares e sociais, a fim de auxiliá-la na progressão de seus estudos.

Ferreiro e Teberosky (1985) apontam que crianças que vivem em lares onde os pais têm o hábito de ler revistas, jornais e livros, e que fazem uso cotidiano da linguagem escrita, chegam à escola com uma série de conhecimentos prévios. Em contrapartida, crianças que convivem com pais não-alfabetizados ou semi-alfabetizados chegam com menos informações sistematizadas, sendo a maior parte de seu aprendizado produto de suas próprias explorações sobre a língua escrita em contexto social.

Isso posto, entende-se que, durante o processo de aprendizagem da escrita, o professor deve considerar que os alunos, inicialmente, trabalham com hipóteses. O alfabetizando levanta conjecturas desde o primeiro contato com a escrita até o momento em que é capaz de produzir sua própria escrita convencional.

Ao explicar tais hipóteses, Ferreiro e Teberosky (1985) afirmam que o aluno levanta hipóteses e comete erros na tentativa de relacionar os sistemas oral e escrito. Esses erros devem ser interpretados pelo professor como uma forma de aprendizagem, já que o aluno está ativamente construindo seu conhecimento.

Desse modo, o papel do professor é diagnosticar o erro sem constranger o aluno, sem rotulá-lo ou levá-lo ao desânimo. Entende-se que o educador deve ter muito cuidado com sua conduta em sala de aula, pois a criança, quando bem orientada, é capaz de compreender o porquê de seu erro e como corrigi-lo. Para Ferreiro e Teberosky (1985), essa postura encoraja o aluno a seguir em frente e a buscar novos caminhos. Trata-se de uma troca de informações onde todos têm a ganhar, já que a aprendizagem não é um sistema fechado com uma única resposta correta. Ao contrário, todos podem aprender de acordo com seu próprio ritmo e trajetória.

Com base nessas afirmações, entende-se que a aprendizagem não ocorre necessariamente no mesmo momento em que o ensino acontece, pois o que um professor considera significativo para ensinar pode não ser significativo para o aluno. Quem determina o momento da aprendizagem é o aluno, de

acordo com sua história pessoal e seu desenvolvimento cognitivo.
Nesse sentido, ressalta-se que, segundo Piaget apud Azenha (1998), o erro gera conflito cognitivo e faz com que a criança busque um processo de autorregulação, promovendo a aprendizagem, pois o erro é construtivo. Nessa perspectiva, o conhecimento é concebido como uma atividade física e mental que permite ao aluno interpretar a realidade e construir seus próprios significados.
Essa maneira de explicar o processo de aprendizagem é denominada de perspectiva construtivista. Desse modo, o conhecimento não é concebido como uma cópia do real, incorporado diretamente pelo sujeito; pressupõe uma atividade, por parte de quem aprende, que organiza e integra os novos conhecimentos aos já existentes.
A perspectiva construtivista contrapõe-se ao modelo da "Escola Tradicional", na qual a instrução se baseia na transmissão de informações e na memorização. Nessa ótica, o "bom aluno" é aquele capaz de reproduzir fielmente o conceito transmitido pelo professor. As cartilhas de alfabetização foram, por muito tempo, concebidas a partir dessa hipótese. Essa perspectiva também é conhecida como Concepção Empirista, pois a construção do conhecimento se daria "fora" do sujeito, sendo internalizado através dos sentidos ativados pela ação física e perceptual.
Desse modo, por muito tempo o professor focalizou o processo de ensino, acreditando que estaria valorizando o processo de aprendizagem do aluno. Entretanto, sabe-se, hoje, que é necessário rever, modificar e criar novos caminhos para o processo de ensino-aprendizagem, bem como novos instrumentos de análise e planejamento da ação educativa, tendo como base a concepção construtivista. Assim, a atribuição de sentidos ao conteúdo é dada pelo aluno, de forma individual e cultural, o que modifica e amplia o que ele já sabe, ao mesmo tempo em que fortalece seus próprios instrumentos de ação e de interpretação dos conteúdos.

O PROFESSOR ALFABETIZADOR

"O professor alfabetizador está muito só, em vez de ser considerado como o professor mais importante de toda a escola primária, é considerado como aquele que realiza o trabalho menos técnico, é o professor com as salas mais superlotadas, de quem se espera um grande espírito de sacrifício, e muita paciência." FERREIRO (2001, P.51).

De acordo com Ferreiro (2005), a alfabetização não deve ser vista como um estado a ser alcançado, mas sim como um processo contínuo que se inicia precocemente e não termina nunca. Tal perspectiva exige que o professor alfabetizador busque constantemente a ampliação de seu conhecimento, participando de cursos de capacitação e aperfeiçoando seu processo de ensino.
Além da formação continuada, é crucial que o docente seja um leitor e escritor proficiente, pois essa competência é fundamental para estimular os alunos a se tornarem bons leitores e escritores. Espera-se que os alunos sejam alfabetizados para enfrentar qualquer situação de uso da língua escrita. Todavia, com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação, o professor deve buscar novas técnicas de ensino e incorporar o uso desses instrumentos em sua prática pedagógica.
Conforme Fernandes et al. (2001), o papel do professor é de extrema responsabilidade, pois ele deve criar situações de aprendizagem que permitam ao aluno vivenciar os usos sociais da escrita, de acordo com as características dos diferentes gêneros textuais e a linguagem adequada aos diversos contextos comunicativos, sem negligenciar o sistema pelo qual a língua é grafada, o alfabeto. Nesse sentido, o professor deve ser dinâmico, criativo, lúdico e adotar uma postura construtivista ao organizar suas atividades em sala de aula, proporcionando recursos que aguce a curiosidade dos alunos e contribuam para o progresso na aquisição da leitura e da escrita.
Segundo Ferreiro (2005), os conteúdos escolares não são aprendidos somente pela memorização; eles requerem uma nova construção conceitual. Para aprender a interpretar e redigir textos, refletir sobre eles e sobre a escrita convencional, não basta memorizar definições e sequências de letras

e sílabas. Para se alfabetizar, a criança precisa refletir sobre a escrita e compreender o funcionamento do sistema alfabético.
Soares (2001) corrobora essas reflexões ao ressaltar que a criança não constrói seu conhecimento por acúmulo ou justaposição de informações. Por isso, é frequente ela não conseguir assimilar a matéria corretamente, mesmo que o professor repita a mesma coisa várias vezes. Isso não se trata de má vontade ou distração, mas sim do desenvolvimento de sua inteligência em um tempo próprio. A maioria das crianças tem curiosidade e orgulho em aprender coisas novas. Expor uma criança à escrita é realizar práticas de leitura e escrita necessárias no cotidiano, conferindo às atividades uma função real de expressão e comunicação.
Ferreiro (2005) acrescenta que, em um ambiente escolar, é possível vivenciar muitas situações de comunicação que necessitam da mediação pela escrita, como a instrução de uma regra de jogo, uma notícia de jornal, um convite indicando o dia e a hora de uma festa, ou o uso de bilhetes e recados, entre outros. Destaca-se que o professor frequentemente precisa enviar bilhetes, convites e cartas aos pais. A elaboração desses materiais pode ser feita com a participação das crianças, permitindo que elas percebam o conteúdo e a intenção da escrita ou da leitura dos textos. Essa atitude é crucial, principalmente em comunidades pouco letradas, onde os atos de ler e escrever são raros e o professor é a principal referência.
Segundo Ferreiro (2005), a prática de levar textos variados para o ambiente escolar permite a ampliação do acesso ao mundo letrado e, consequentemente, uma reflexão sobre o processo de construção do código linguístico. A experiência com textos variados e de diferentes gêneros é fundamental para a constituição do ambiente alfabetizado. A seleção do material escrito deve ser orientada pela necessidade de colocar à disposição das crianças diversos textos e de facilitar a compreensão das diferentes funções e características das práticas sociais de leitura e de escrita.
Desse modo, o professor deve assumir uma postura de pesquisador e crítico, estimulando a curiosidade e a criticidade de seus alunos. Deve ser um mediador, ajudando o aluno a construir conhecimento, fornecendo informações adequadas e explicando o que precisa ser explicado. Para dar explicações adequadas, o professor deve saber abordar um problema de múltiplas maneiras, seguindo por caminhos alternativos que respeitem o ritmo e o processo de aprendizagem do aluno.

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização na sociedade letrada de hoje transcende a mera decodificação de letras e símbolos. Baseando-se nas perspectivas de autores renomados como Soares, Ferreiro e Teberosky, o desafio central do professor contemporâneo reside em conciliar a aquisição do código escrito com o desenvolvimento de práticas de letramento significativas, que preparem o aluno para o uso social e crítico da língua escrita.
Um dos principais desafios é a heterogeneidade da bagagem cultural dos alunos. Crianças oriundas de lares com intenso convívio com material escrito chegam à escola com conhecimentos prévios distintos daqueles cujos pais não são alfabetizados. Cabe ao professor diagnosticar e valorizar esses saberes iniciais, construídos nas vivências familiares e sociais, para auxiliar na progressão dos estudos.
O texto destaca a importância da perspectiva construtivista, que se contrapõe à escola tradicional e à concepção empirista. O professor precisa abandonar métodos de transmissão e memorização de informações, como o uso exclusivo de cartilhas, e adotar uma postura de mediador. Nesse contexto, o erro do aluno deve ser interpretado como um indicativo de hipóteses construtivas, e não como um fracasso. O desafio é manejar esses erros sem constrangimento, encorajando a autorregulação e o ritmo individual de aprendizagem de cada criança.
Além das questões pedagógicas e teóricas, o docente enfrenta desafios estruturais e de formação continuada. Ferreiro aponta que o professor alfabetizador muitas vezes trabalha isolado e com salas superlotadas, necessitando de maior reconhecimento e capacitação constante. Com o advento das novas

tecnologias de informação e comunicação, o educador deve ser um leitor e escritor proficiente, capaz de integrar esses novos instrumentos em sua prática, criando situações de aprendizagem que explorem os variados gêneros textuais e usos sociais da escrita.
Em suma, o desafio do professor hoje é complexo e multifacetado: exige uma mudança de paradigma da visão tradicional para a construtivista, sensibilidade para as realidades sociofamiliares dos alunos e a capacidade de se adaptar a um mundo em constante transformação tecnológica, garantindo que a alfabetização seja, de fato, um direito de apropriação crítica e autônoma da língua escrita.

DESIGUALDADES REGIONAIS, ETÁRIAS E RACIAIS

As desigualdades na alfabetização no Brasil são um reflexo direto das iniquidades históricas e estruturais que marcam o país, manifestando-se de forma acentuada em três eixos principais: regionais, etários e raciais. Esses fatores se entrecruzam e aprofundam as barreiras ao acesso e à qualidade da educação, limitando a autonomia e o exercício pleno da cidadania para milhões de brasileiros.
O mapa da alfabetização no Brasil é profundamente marcado por disparidades geográficas. O desenvolvimento educacional desigual entre as regiões é um sintoma da concentração histórica de investimentos no Sul e Sudeste, em detrimento do Norte e, principalmente, do Nordeste.
Concentração do Analfabetismo: A região Nordeste é o epicentro do desafio, concentrando 55% do total de pessoas analfabetas do país. As taxas de analfabetismo nessa região (11,2% em 2023) contrastam drasticamente com os índices das regiões Sul (2,8%) e Sudeste (2,9%). Essa defasagem educacional impacta diretamente o desenvolvimento econômico e social das regiões menos favorecidas.
A idade é um fator preponderante na distribuição do analfabetismo no Brasil. Historicamente, a falta de acesso à escola na idade correta, combinada com a ausência ou ineficiência de políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no passado, resultou em uma concentração do problema nas faixas etárias mais elevadas.
O Problema na População Idosa: Mais de 5 milhões dos analfabetos brasileiros têm 60 anos ou mais, o que representa 56% do total de analfabetos. A taxa de analfabetismo entre pessoas idosas acima de 65 anos atinge o patamar alarmante de 20,3%. Esse cenário aponta para uma dívida social histórica com essa população, que muitas vezes não teve a oportunidade de frequentar a escola primária.
fator racial é um dos eixos mais perversos da desigualdade educacional brasileira, evidenciando o racismo estrutural do país. As oportunidades educacionais não são distribuídas de forma equitativa entre brancos, pretos e pardos.
A Disparidade nos Dados: Em 2023, a taxa de analfabetismo entre pessoas brancas de 15 anos ou mais era de 3,2%. Em contrapartida, entre pessoas pretas ou pardas, essa taxa era mais que o dobro, atingindo 7,1%. Essa diferença reflete a falta de acesso a escolas de qualidade, a evasão escolar precoce por necessidade de trabalho e a baixa valorização da educação para a população negra.
Além do analfabetismo absoluto, o Brasil enfrenta um cenário preocupante de analfabetismo funcional. Cerca de 29% da população entre 15 e 64 anos é considerada analfabeta funcional, um índice que se mantém estagnado há anos.
Analfabetos funcionais, embora consigam ler palavras isoladas ou frases curtas, têm dificuldade em compreender textos mais complexos e realizar operações matemáticas básicas. Esse problema afeta inclusive uma parcela de brasileiros com ensino superior completo, indicando falhas na qualidade do ensino ao longo de toda a trajetória educacional e a necessidade de programas de formação docente mais eficazes.
A superação das desigualdades regionais, etárias e raciais na alfabetização exige a ampliação do acesso à educação de qualidade e investimentos robustos na formação docente e na infraestrutura escolar. O fortalecimento de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é crucial para resgatar a dívida educacional com a população adulta e idosa. A erradicação do analfabetismo

e a promoção do letramento pleno são, em última instância, passos fundamentais para combater as desigualdades sociais mais amplas e garantir a democratização do acesso a direitos básicos e à plena cidadania no Brasil.

O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DO ATUAL CENÁRIO NA ALFABETIZAÇÃO.

Cenário atual da alfabetização no Brasil é complexo e multifacetado. Diante de disparidades regionais, raciais e etárias persistentes, bem como do desafio do analfabetismo funcional, a escola assume um papel central e insubstituível. Sua missão transcende a simples transmissão de códigos e símbolos, posicionando-se como o principal espaço para a democratização do acesso à leitura e à escrita e a redução das iniquidades educacionais.

A escola é o espaço formal que pode mitigar as desigualdades de ponto de partida. Crianças chegam à sala de aula com bagagens culturais e conhecimentos prévios distintos, oriundos de lares com diferentes níveis de letramento familiar. O papel da escola é acolher essa heterogeneidade e garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem social ou racial, tenham acesso a um processo de alfabetização de qualidade.

O principal desafio pedagógico da escola é a integração indissociável de dois processos: a alfabetização (aquisição do sistema de escrita alfabética) e o letramento (uso social e significativo da leitura e escrita). A escola não deve focar apenas na decodificação mecânica; ela deve criar contextos reais e funcionais para a escrita, explorando diversos gêneros textuais e situações comunicativas que preparem o aluno para a autonomia plena na sociedade letrada.

Diante das falhas apontadas em métodos tradicionais baseados exclusivamente na memorização (concepção empirista), a escola contemporânea deve adotar uma postura construtivista. Isso implica:

Valorização do Erro: Interpretar os erros dos alunos como hipóteses construtivas do processo de aprendizagem, e não como falhas a serem punidas.

Mediação Ativa: O professor atua como mediador, e não como detentor exclusivo do saber, guiando o aluno na construção de seu próprio conhecimento.

Flexibilidade: Respeitar o ritmo individual de aprendizagem de cada criança, reconhecendo que a aprendizagem não ocorre no mesmo momento para todos.

Cenário atual exige um professor bem formado, leitor e escritor proficiente, capaz de se adaptar às transformações. A escola, como instituição, precisa garantir a formação continuada desses profissionais e fornece o suporte necessário para que integrem as novas tecnologias de informação e comunicação em suas práticas pedagógicas, utilizando-as como instrumentos de ensino e aprendizagem.

Além da reorientação metodológica, o papel da escola no cenário atual exige a construção de um ambiente alfabetizador que extrapole as páginas dos livros didáticos. Isso significa que a instituição deve se transformar em um centro de cultura escrita, onde bibliotecas, salas de leitura e o próprio espaço físico (muralismo, sinalização, acesso a jornais e revistas) respirem a funcionalidade da língua. Ao oferecer um repertório textual vasto e diversificado, a escola compensa a escassez de estímulos em ambientes vulneráveis, permitindo que o aluno reconheça a escrita como um bem social precioso e um instrumento de poder e identidade, e não apenas como uma tarefa escolar enfadonha.

Outro aspecto crucial reside na capacidade da escola de estabelecer um diálogo produtivo e acolhedor com as famílias e a comunidade local. No contexto brasileiro, muitas vezes marcado por um hiato entre o saber acadêmico e a vivência comunitária, a escola deve atuar como ponte, orientando pais e responsáveis sobre a importância do letramento familiar, sem desvalorizar as tradições orais e os saberes locais. Essa parceria é estratégica para fortalecer a rede de apoio à criança, garantindo que o incentivo à curiosidade intelectual e ao hábito da leitura seja um movimento contínuo, que começa no portão da escola, mas que encontra eco e sustentação no ambiente doméstico.

Por fim, é imperativo que a escola se posicione como uma unidade de resistência e implementação crítica frente às políticas públicas e avaliações em larga escala. Dian-

te de pressões por resultados imediatos e metas estatísticas, a gestão escolar e o corpo docente devem garantir que o foco da alfabetização permaneça no desenvolvimento integral do sujeito, e não apenas no cumprimento de cronogramas rígidos. O papel da escola diante do cenário atual é, portanto, o de assegurar uma educação humanizadora, que utilize a tecnologia e as novas diretrizes curriculares para potencializar a voz do aluno, preparando-o para ser um cidadão capaz de ler as entrelinhas de um mundo cada vez mais saturado de informações e desinformações.

CONCLUSÃO

À luz das reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo, depreende-se que a alfabetização transcende a mera aquisição mecânica de um código, configurando-se como um processo específico, dinâmico e fundamental para a apropriação do sistema de escrita alfabética pela criança. É imperativo compreender que a alfabetização não se define por um estado binário de "saber ou não saber"; antes, deve ser interpretada como uma relação intrínseca, evolutiva e dialógica entre o ensino e a aprendizagem. Nesse cenário, professor e aluno coabitam um espaço de construção contínua, onde o domínio das habilidades de codificação e decodificação constitui apenas o alicerce de um edifício muito mais complexo.

Contudo, os resultados desta pesquisa sublinham a insuficiência da alfabetização isolada diante das exigências da sociedade contemporânea. A discussão teórica, ancorada em precursores como Ferreiro, Teberosky e Soares, ratifica a indissociabilidade entre o alfabetizar e o letramento. Enquanto a alfabetização provê a técnica, o letramento confere o sentido, referindo-se ao exercício efetivo da leitura e da escrita nas práticas sociais. Ser letrado, portanto, implica a capacidade de compreender, interpretar e intervir na realidade de forma crítica e significativa, utilizando a língua como ferramenta de emancipação no cotidiano.

Nesse percurso, o papel do educador revela-se de extrema responsabilidade e mediação. Ao adotar uma postura pautada no socio interacionismo e no construtivismo, o professor deixa de ser um mero transmissor de conteúdo para tornar-se um facilitador da construção do saber. Sua função exige a oferta de recursos diversificados, informações precisas e uma metodologia que respeite a singularidade do aprendiz. A aprendizagem, sob esta ótica, não é uma lacuna preenchida do "nada", mas uma transformação progressiva que valoriza os conhecimentos prévios e as hipóteses formuladas pela criança antes mesmo de sua entrada no sistema escolar formal.

Em última análise, a atuação docente eficaz é aquela que transcende a repetição e a memorização estéril. O educador deve atuar como o arquiteto de contextos reais, permitindo que o aluno vivencie os usos sociais da escrita e explore a riqueza dos gêneros textuais. Somente ao valorizar a linguagem como instrumento de inserção plena e autônoma na cultura escrita é que a escola cumprirá sua função social. A erradicação do analfabetismo — em suas facetas absoluta e funcional — e a promoção de um letramento integral são, portanto, metas que exigem um compromisso inabalável com a formação docente continuada e com a democratização do acesso ao conhecimento, garantindo que o direito de ler o mundo seja, de fato, universal.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CARVALHO, Maria Angélica Freire, Mendonça, Rosa Helena (orgs) Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CAVALCANTE, Meire. Alfabetização: todos podem aprender. Revista Nova Escola, São Paulo, SP, ano XXI, n.190, p. 24-31, Mar. 2006.

FERNANDES et al. Aprendendo a ler e escrever textos. São Paulo: Ediouro.2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fron-

teira, 1999.

FERREIRO, Emilia. Com todas as letras.13. ed. São Paulo: Cortez, 2005

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo Donald Macedo. Alfabetização: Leitura da palavra, Leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PELLEGRINI, Denise. Alfabetização e Cultura Escrita. Revista Nova Escola, São Paulo, SP, ano XVIII. n. 162 p.27-.30, maio. 2003.